

Cadernos de estágio

# Os desafios da formação do professor de Letras- Português, a partir do Estágio no Proeja

Alessandra Barbosa Adão <sup>1</sup>

## Informações

1 aleadao@outlook.com

## Como citar este texto

ADÃO, A. B. Os desafios da formação do professor de Letras-Português, a partir do Estágio no Proeja. Cadernos de Estágio, v. 7, n. 1, 2025. DOI: [10.21680/2763-6488](https://doi.org/10.21680/2763-6488)



Cde

Janeiro-Julho  
Submetido em: 05 de setembro de 2024  
Publicado em: 03 de fevereiro de 2025

ISSN: 2763-6488

Esse relato consiste em falar do momento em que estive na sala de aula/regência, durante o Estágio Supervisionado III do Proeja (Curso Noturno de Guia de Turismo), em 2018, no período em que cursava a Licenciatura em Letras-Português, no Campus Vitória, e como essa experiência contribui para a formação docente. Sendo assim, “o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia” (Pimenta e Lima, 2004 apud Souza, 2012, p. 2), pois se entende que é uma etapa fundamental para formação do profissional.

2

### **Imagen 1- campus**



Além disso, nas trocas com a professora regente, nas observações e, por fim, na regência para a turma do curso de Turismo várias emoções, aprendizados e desafios se sucederam. Esse momento para a formação de professores “consiste em possibilitar uma aplicação mais efetiva e intencional do método e da concepção dialética na análise e busca

de superação dos problemas da educação escolar” (Basso e Mazzeu, 1995, s/n).

Nesse sentido, precisamos compreender nosso espaço de atuação e desenvolver metodologias investigadoras/inspetoras que reflitam sobre o ambiente escolar como um “lugar de encontro entre professores e alunos com suas histórias de vida, das possibilidades de ensino e aprendizagem, da construção do conhecimento compartilhado” (Pimenta e Lima, 2004, p.156). E, quando falamos de alunos jovens e adultos, que em sua maioria são da classe trabalhadora, isso requer um planejamento mais apurado, pois estes “trazem para o espaço-tempo escolar tanto a marca da destituição de direitos, quanto a riqueza de suas experiências de luta pela vida” (Ciavatta; Rummert, 2010, p. 465).

Com essa oportunidade, o licenciando pode se apropriar da visão como professor regente, pois poderá possibilitar ao aluno a expansão de conhecimentos e saberes outros, construindo em conjunto essa formação – licenciando e aluno – aluno e aluno. Desse modo, o relato tem como problemática: Como o estágio supervisionado no Proeja, IFES/Campus Vitória, pode contribuir para a formação do professor em Letras-Português? O presente trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e o diário de bordo, e ainda, como objetivo geral, analisar a formação do professor de Letras-Português no IFES/Campus Vitória a partir dessa experiência.

A escolha sobre esse tema deve-se ao fato da autora ter observado e sentido a reciprocidade entre os alunos do Proeja e a Licencianda e, ainda, por considerar relevante o aprendizado obtido a partir dessa troca, gerando, inclusive, estímulo a atuar/pesquisar com Educação de Jovens e Adultos.

### **Relato da experiência: o fazer e aprender cotidiano na sala do Estágio Supervisionado**

1º – o período de observação, que neste caso, foi de apenas um dia, em que somos apresentadas à turma, conhecemos, conversamos e tiramos dúvidas com a professora regente. É nesse momento também que sabemos qual conteúdo da Língua Portuguesa devemos planejar e lecionar e, ainda, quantas aulas teremos disponíveis.

2º – Após esse contato, apresentamos os planos de aula para a professora regente que sugere alterações ou não, e só após isso damos início às regências.

O período que englobou a observação, planejamento e regência se iniciou em 06 de Março e se encerrou em 05 de Abril de 2018, na turma do Curso de Guia de Turismo, do noturno, do Proeja do Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória. A turma era composta por 36 alunos, sendo 10 homens e 26 mulheres. Além desse quantitativo

considerável de mulheres, a maioria era formada por negros e negras, com mais de 25 anos e que estavam afastados da sala de aula há mais de 5 anos. Com exceção de 4 alunas que tinham faixa etária de 18 a 21 anos, os demais seguiam o perfil mencionado.

Lecionar no Proeja foi um grande desafio. No início tive muito medo, acho que mais do que nos outros estágios, pois tive que lidar com alunos da minha idade ou mais velhos. Ainda assim, a turma foi muito receptiva. Logo, era comum os alunos partilharem muitas angústias, conversas na hora do recreio ou tirar dúvidas conosco, mesmo quando era outra dupla de Licenciandas que regiam a aula. Ainda a respeito da turma, na dinamicidade das aulas, os alunos demonstravam uma parceria enorme entre eles, até por serem adultos e por muitos trabalharem o dia inteiro. Com isso, era comum ter sempre uma garrafa de café na sala, algum lanche sendo partilhado, um apoiando e ajudando o outro nas tarefas.

Avançando, o primeiro momento na sala de aula foi tranquilo (Dia de observação). Na ocasião, a professora regente solicitou ajuda das Licenciandas na aplicação de exercício enquanto nos apresentava à turma. Além disso, a professora foi receptiva conosco e sempre se colocava à disposição por e-mail e/ou WhatsApp em caso de dúvidas, alterações e conteúdos. O que aconteceu algumas vezes, no decorrer das regên-

cias, pois várias paralisações de ônibus ocorreram nesse período, o que requereu atenção nas adaptações dos planos pedagógicos.

Sobre as regências, a pedido da professora regente, dividimos entre nós os dias e conteúdos que iríamos lecionar em sala de aula, para que ambas pudessem realizar suas regências. Desse modo, tivemos 6 aulas disponíveis para lecionar o conteúdo dos temas transversais, determinados pela professora regente, que foi: Direitos Humanos: o indivíduo.

Optamos por focar nas mulheres, os direitos, os preconceitos e seu papel na sociedade, pois é um tema recorrente na mídia em geral e de fácil compreensão por parte dos alunos. Assim, dividimos 2 aulas para cada uma, deixando os dois últimos encontros para fazermos juntas. As aulas de português aconteciam nas terças e quintas-feiras. Além disso, as duplas tinham a responsabilidade de distribuir 20 pontos de avaliação para os alunos, optamos por dividir da seguinte forma: 5 de participação em sala, 10 de atividade de discussão sobre as mulheres e 5 sobre a temática de variações linguísticas.

Ao sabermos os conteúdos que deveríamos abordar, minha parceira e eu, planejamos a dinâmica na sala de aula. Pesquisamos na internet, olhamos o livro que a professora regente utilizava em sala de aula, para termos uma base da linguagem adequada, e consultamos

em vários momentos a mesma, para sempre adequar nosso conteúdo aos alunos. Após essa definição, enviamos previamente o plano de aula para a professora regente.

Lembro da mesma nos orientar a utilizar gêneros textuais e/ou músicas do cotidiano dos alunos para propor os debates e atividades, e de apenas ocorrer uma alteração nesse sentido nos planos de aula. Outra recomendação desta é de que levássemos materiais impressos para os alunos, dinamizando a aula. Todos os planos de aula tinham como objetivo abordar a leitura, a interpretação crítica e a produção de textos.

Depois disso, começamos a lecionar. Como nossa dupla foi a primeira a iniciar as regências, as duas primeiras aulas (13/03 e 15/03) foram dadas por minha parceira. Ela iniciou o tema “Direitos Humanos: o indivíduo”, voltada para as mulheres, até por conta da proximidade com a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, ela aplicou exercício para fixação, que envolvia o gênero textual canção, a partir das músicas Emília, de autoria Haroldo Lobo e Pagu, de Rita Lee. O exercício aplicado na terça-feira foi corrigido por nós, na quinta-feira foi feito correção no quadro, e também devolvido aos alunos.

Na semana seguinte (20/03 e 23/03) foi a minha vez de conduzir a turma. No primeiro dia, abordei a temática “Variações Linguísticas”, levei os conceitos das principais variações e discu-

timos em sala a questão do preconceito linguístico, diferenças sociais de fala, o acesso aos direitos humanos. Após isso, apliquei exercício de fixação com questões discursivas, a partir de uma charge, tendo como base os conceitos apresentados anteriormente. Além disso, levei a música Documento do Matuto, de Luiz Gonzaga.

Esse exercício aplicado na terça-feira foi corrigido por nós, na quinta-feira foi feito correção no quadro, e também entregue aos alunos para saberem onde erraram. Na minha vez de fazer a correção no quadro, contei com a ajuda de minha companheira, pois nos estágios anteriores não escrevia no quadro e neste o medo tinha me tomado. Isso, evidentemente, não atrapalhou o aprendizado dos alunos, visto que eles ficaram atentos e ávidos pela correção.

Vale mencionar, que determinados assunto rendiam muitos debates e conversas, e em muitos casos, nós, estagiárias, deixávamos seguir, pois os alunos estavam ávidos por falar, dialogar e debater seus pontos de vista, e o tema “preconceito linguístico” foi um deles. Mas, em alguns momentos a professor intervinha para dar continuidade a dinâmica da aula.

Na terceira semana (27/03) foi aplicada por minha parceira uma Atividade Avaliativa com o tema “Direitos Humanos: A mulher”. Esta atividade abordava as conquistas das mulheres, e em seguida, foi sugerida uma questão objetiva e

produção textual.

Durante as aulas, percebemos que os alunos tiveram muita dificuldade em produzir redações, faziam blocos textuais e não parágrafos, colocavam letras maiusculas no meio das palavras e orações, faltava pontuação e acentuação. Por isso, durante os exercícios que pediam produção textual, reforçamos a estrutura da redação e questões de escrita. Por várias vezes, recorriamo ao quadro para colocar e explicar a estrutura da redação. Ainda assim, íamos de cadeira em cadeira tirando dúvidas, auxiliando e explicando a dinâmica do texto.

Na última semana de regência (03/04 e 05/04) retomamos o tema Variação Linguística e aplicamos outro exercício com a temática. Nesta atividade deixamos os alunos consultarem a folha de conceitos para terem base de argumentação. As propostas de atividades e discussões sempre privilegiaram a fala e argumentação dos alunos, além de proporcionar um conhecimento com base em outros textos e documentos, como canções, dicionários e poemas. No dia 05/04 devolvemos a avaliação e fizemos nossas considerações nas atividades, apontando de forma geral as principais incorreções da turma.

Ao fim da disciplina, além de realizarmos uma confraternização com adeção de toda a turma, fizemos sorteio de livros, inclusive, com o sorteio de um livro de poesia que contava com dois textos meus. O Estágio Supervisionado III

foi o mais desafiador para mim, por ter que lidar mais de perto com a professora regente, com as colegas de curso e com as dificuldades da turma. Isso tudo contribuiu muito para amadurecer a minha ideia sobre dar aula ou enfrentar a sala de aula. O medo que tive de escrever no quadro durante este estágio, com certeza já está cessado. No fim, valeu a pena ter estado na sala de aula, pois, certamente aprendi muito com o estágio.

### **Discussões e Bases teóricas para/sobre o Estágio Supervisionado no Projeto**

6

A formação de professores nos Institutos Federais (IFETs) tem início na promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de ensino dos antigos Cefets e que dá outras providências, como a oferta de no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas em cursos para as Licenciaturas. Assim, instituições centenárias, a exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, criado a partir de 1909 com um longo histórico de formação técnica para o trabalho, começa a repensar seu projeto estruturante de ensino e formação. No IFES Campus Vitória,

foram implementadas as Licenciaturas de Matemática e Letras-Português em 2012 e 2011, respectivamente.

É através desses cursos que a disciplina de Estágio Supervisionado é articulada, com foco na formação prática dos docentes. No caso do curso de Letras-Português, a carga horária para o estágio é de 450 horas, sendo iniciada após a metade do curso e da realização dos pré-requisitos com caráter obrigatório, abrangendo a regência nos Ensinos Fundamental e Médio, e na Educação Técnica e Profissional de Ensino Médio. O estágio é regulado pela Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2014<sup>1</sup>, de 27 de junho de 2014, determinado para os alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior deste Instituto, que segue a Resolução CNE/CP nº 02/2015 de 2 de julho que, por sua vez, define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2015).

Assim, esse componente curricular articula teoria-prática e vivência, e ainda aproxima o Licenciando do saber docente, do espaço escolar, suas dicotomias e complexidades. (Paniago; Sarmiento, 2015). Mais do que isso, conforme Ludke, o estágio deve ser encarado não apenas como disciplina obrigatória para a formação inicial docente, mas como espaço-tempo de valorização e

<sup>1</sup>Em 2018, o Conselho Superior do Ifes revogou essa Resolução (28/2014), atualizada para a Resolução 58/2018, de 17 de dezembro de 2018. Mas, a informação que colocamos no texto deste artigo segue o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras-Português publicado em 2016. Disponível no site do Ifes. Link: [https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Cursosdocs/ppc\\_letras\\_2017.pdf](https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Cursosdocs/ppc_letras_2017.pdf)

reconhecimento da experiência dos profissionais da educação básica como importantes no processo de formação dos novos docentes. E se faz necessário romper com a dicotomia entre o que é ensinado aos professores das IES com a realidade da educação básica, já que “[...] os professores, formadores de futuros educadores para a educação básica, não têm uma visão sequer razoável da realidade desses sistemas de ensino e não têm, em sua maioria, nenhuma vivência nele, como professores” (Ludke, 2009, p.99).

Nesse sentido, o estágio, não apenas o obrigatório, pode se tornar um campo fértil para quebrar paradigmas e propor perspectivas para o ensino e as práticas pedagógicas, criando conexão entre o futuro docente e a rede básica de ensino. Isso, inclusive, oportuniza aos Licenciandos “[...] articular os vários elementos que estão percebendo na realidade observada de modo que avancem no seu desenvolvimento pessoal e na constituição dos seus estilos de atuação” (Almeida; Pimenta, 2014, p. 29). E, quando se pensa nos alunos da Educação de Jovens e Adultos, o perfil do futuro professor, conforme salienta Pimenta e Lima, deve ser um “[...] profissional crítico-reflexivo, pesquisador de sua práxis docente e da práxis que ocorre nas escolas.” (2017, p.39).

Vale mencionar que o acesso de jovens e adultos ao ensino básico é garantido pela Constituição Federal de 1988,

por meio do Art. 208 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394/1996, que regulamenta a EJA como uma modalidade de ensino. Em 2005, foi estabelecido o programa de âmbito federal para integrar a Educação Básica à formação técnica: o Proeja, através do Decreto 5.748/2005, alterado pelo Decreto 5.840/2006. Na atualidade o conhecemos pelo nome de EJA-EPT - Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT, conforme a Portaria nº962, de 1 de dezembro de 2021, que têm os seguintes princípios:

I - integração entre a formação básica e a formação profissional, na perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida, de formação integral do educando, de forma a propiciar a melhoria de suas condições de vida e de trabalho;

II - educação e formação profissional como direitos de jovens, adultos e idosos;

III - oferta de EJA, fundamentada em práticas educativas que atendam às especificidades dos educandos, de modo a considerar e valorizar saberes, culturas, línguas, projetos de vida e processos produtivos, e promover uma educação contextualizada;

IV - trabalho compreendido como princípio educativo;

V - pesquisa compreendida como

princípio pedagógico; e VI - articulação da EJA com os arranjos produtivos locais como forma de integração entre a educação básica e o mundo do trabalho (Brasil, 2021).

Mais do que uma modalidade de ensino diferente do Ensino Fundamental e Médio, a EJA não deve ser vista como um local de aceleração, e como nos alerta Dutra, pois, estes “são jovens e adultos que representam uma determinada camada da população e, ao refletir sobre esta camada, devemos considerar a heterogeneidade desse grupo, seus interesses, necessidades e vivências (Dutra, 2010, p. 68).

Esse ponto acentuado por Dutra dialoga muito com nossa vivência, visto que os 36 alunos tinham faixa etária, histórias de vida, aspirações de futuro e vontades heterogêneas. Isto se torna desafiador, ao passo que essas vivências devem fazer parte do processo de ensino e aprendizagem desse aluno, sendo que o conteúdo e conhecimento partilhado em sala de aula deve ter sentido e valor para a formação profissional e humana desse sujeito.

vência no estágio supervisionado III – na turma do Proeja, do curso de Guia de Turismo, noturno, do mesmo Campus. Muitos foram os desafios no ensinar e partilhar com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, desde pensar a linguagem dos exercícios e das aulas expositivas, até repensar o modo como esse público é tratado por uma maioria, com certa benevolência e/ou olhar assistencialista.

Ainda assim, acredito que tais desafios foram superados, visto que ao final da regência/estágio era perceptível a relação respeitosa e de parceria criada entre nós, alunos da EJA e Licenciandas. Não apenas isso, muitos nos acionavam para tirar dúvidas, pedir conselhos e saber mais do nosso fazer-ser docente e/ou de nossas outras profissões, com vistas a seguir estudando, buscando conhecimento. E, claro, incentivamos a não pararem. Por fim, acredito que a escolha por desenvolver este relato e o estímulo a atuar/pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos, surjam por ter observado e sentido a reciprocidade entre os alunos do Proeja e a Licencianda, e ainda por considerar relevante o aprendizado obtido a partir dessa troca.

## Conclusões

Esse trabalho se propôs a analisar e pensar o conhecimento adquirido no processo de formação docente no curso de Licenciatura em Letras-Português, do Ifes, Campus Vitória, a partir da vi-

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S.G. *Estágios supervisionados na formação docente*.** São Paulo: Cortez, 2014.
- BASSO, I. S. e MAZZEU, F. J.C. **Formação de professores:** Contribuições da perspectiva histórico-social. Anais. Simpósio Formação de Professores: Tendências Atuais. São Carlos, UFSCar, 1995.
- BRASIL. PORTARIA Nº 962, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.** Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2021.
- BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02 de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial [da] União, Brasília, 2015.

CIAVATTA, M.; RUMMERT, S. M. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, jun. 2010.

DUTRA, A. S. **Histórias vividas dos alunos da EJA em Mesquita: um reconhecimento na prática educativa.** In: SOUZA, José dos Santos. Reflexões da prática docente na EJA. Seropédica: Edur, 2010. p. 67-78.

GUERRA, M. D. S.. **Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado:** Dos limites às possibilidades, 1995. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/23/textos/0839t.PDF>>. Acesso em 05.Marc./2022.

LUDKE, M. **Universidade, escola de educação básica e o problema do estágio na formação de professores.** Formação Docente. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 95-108, ago./dez. 2009.

PANIAGO, R.; SARMENTO, T. **O processo de estágio supervisionado na formação de professores portugueses e brasileiros.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 53, n. 39, p. 76-103, maio/ago. 2015.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência;** (Coleção docência em formação. - Série saberes pedagógicos), - revi-

são técnica José Cerchi Fusari, - 7. ed.  
São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio  
e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez,  
2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio  
e Docência**. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez,  
2017.